TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Valdemar informa a Jair Bolsonaro: sai Flávio, entram Tarcísio e Michelle

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, está reassumindo o comando do partido. Desde que o ex-presidente da República Jair Bolsonaro se filiou à sigla, Valdemar passou a comandar o caixa do PL, mas passou a Bolsonaro a última palavra sobre questões políticas e eleitorais, incluindo alianças e filiações.

Esse acordo sofreu alguma modificação quando Bolsonaro foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. Valdemar passou a exercer maior poder de decisão sobre alianças nos estados e filiações. Mas quando o ex-presidente nomeou seu filho Flávio como candidato a presidente da República, o comando político integral voltou ao clã.

Agora que Flávio Bolsonaro foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na campanha ao Palácio do Planalto, Valdemar reassumiu o comando total e já começou a redesenhar a estratégia do PL para os próximos anos. Essa estratégia passa pelo fortalecimento da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

O presidente do PL não vê em Carlos Bolsonaro e nenhum outro filho, ou filha, do ex-presidente condição de assumir o papel de possível candidato da sigla a presidente da República. Esse espaço, segundo ele, só poderá ser ocupado por Michelle Bolsonaro.

Mesmo assim, para Valdemar, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem mais chances de assumir a liderança da direita do país como candidato a presidente da República em 2030.

A estratégia é trabalhar o nome de Michelle e, mais na frente, se ela não emplacar como candidata, articular uma chapa dela como vice de Tarcísio. Juntaria o apelo popular do nome Bolsonaro à capacidade de articulação do governador de São Paulo.

O presidente do PL já apresentou à própria ex-primeira-dama sua ideia. Michelle era, na verdade, sua candidata, antes de Bolsonaro anunciar que escolhera o filho. Ela não se opôs à estratégia, mas sabe que não agrada muito ao marido entregar seu espólio político à esposa.

Valdemar tratou então, de ter uma primeira conversa com Bolsonaro sobre o assunto. Seu encontro desta quinta-feira, 29, com o ex-presidente foi para comunicar essa estratégia, mesmo sabendo que Bolsonaro não morre de amores por passar a uma mulher a liderança política do clã. De fato, segundo o presidente do PL deu a entender a integrantes do partido, Bolsonaro não pareceu muito feliz, mas ele não tem como vetar agora.

Na verdade, a prioridade do ex-presidente nesse momento – e o que mais deverá ocupá-lo e demandar apoios políticos – é tentar que o Congresso aprove algum tipo de anistia ou indulto capaz de liberá-lo da cadeia.

A oportunidade é um acordo com o centrão para reeleger Davi Alcolumbre (União-AP) como presidente do Senado, em troca de sua liberdade. Esse acordo incluiria também convencer os senadores do PL a desistirem do impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Uma nova chance para a direita

A derrota, a fuga e a carta de Flávio Bolsonaro deram à direita brasileira a chance de seguir um caminho próprio, independente do extremismo representado pela corrente política liderada pelo ex-presidente Jair, pai do candidato que perdeu a disputa para Lula.

Uma oportunidade e tanto para uma linha de pensamento político que há até poucos anos sequer ousava dizer seu nome. Ao longo da história brasileira, ser de direita era, digamos, um comportamento padrão. Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves eram de direita, e ninguém frisava essa característica de ambos. A anormalidade, ser de esquerda ou, esconjuro, comunista, é que precisava ser nominada e ressaltada. Nem mesmo ditaduras brasileiras assumiam ser de direita.

(Por outras razões, até para não engrossar o número de simpatizantes presos, torturados e mortos, a esquerda também preferia usar um eufemismo, dizia-se progressista, conceito que servia de contraponto ao conservadorismo.)

Por uma dessas ironias históricas, assim que políticos começaram a ensaiar a dizer que eram de direita, a qualificação acabou apropriada pela extrema direita, por aqui representada pelo bolsonarismo.

O sequestro da palavra fez com que fosse dela fossem apartadas características importantes da corrente política, como um liberalismo que não se restringe à economia, mas que marca presença em todas características pessoais e sociais.

O liberalismo, amplo, geral e irrestrito, contribuiu até para afrouxar dogmas de uma esquerda outrora conservadora no comportamento (hippies surgiram nos Estados Unidos, não na União Soviética).

O bolsonarismo contraria normas básicas do conservadorismo: conservadores respeitam a autoridade, a lei e a ordem, não saem por aí quebrando palácios e cultivando rebeliões em quartéis.

A situação por aqui ficou tão esquisita que representantes de uma direita mais clássica passaram, de uns tempos para cá, a se apresentarem como "de centro". Pior é que, além de imprecisa, a palavra "centro" ainda precisa tentar marcar diferenças em relação ao Centrão.

Animada com a popularidade do bolsonarismo, a direita se deixou levar, relevou o golpismo, achou possível haver uma versão moderada de uma corrente que precisa ser radical para existir. O Novo, que se apresentava como alternativa liberal, virou sublegenda do PL; políticos como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, fingiram que não viram e ouviram a gravidade de atos e falas de integrantes da família Bolsonaro.

Com medo de brigar com a extrema direita, Tarcísio não montou o cavalo selado que passou à sua frente e perdeu a chance de ganhar de Lula, talvez até no primeiro turno.

O comportamento de Flávio depois da eleição abriu uma nova oportunidade para a direita ter coragem de descer sozinha para o play. Mas, antes disso, precisa provar que não vai correr para os braços do irmão fortão e autoritário quando achar necessário.

EDITORIAL

Midterms são cruciais para o Governo Trump

As eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, marcadas para 3 de novembro, representam muito mais do que uma disputa pelo controle do Congresso. Podem se transformar em um divisor de águas para o governo de Donald Trump e determinar os limites de seu poder nos dois últimos anos de mandato. Caso os democratas conquistem a maioria na Câmara dos Representantes e no Senado, o presidente enfrentará uma oposição institucional com capacidade para dificultar sua agenda e submeter sua administração a um nível de fiscalização muito maior.

A primeira consequência seria a mudança na relação de forças em Washington. Com o controle da Câmara, os democratas poderiam comandar as principais comissões, convocar autoridades do governo, abrir investigações e exigir explicações sobre decisões presidenciais. Temas como política migratória, tarifas comerciais, gastos públicos e atuação do Executivo certamente entrariam na mira dos parlamentares. Trump, acostumado a governar com ampla margem de liberdade, teria de lidar com um Congresso menos disposto a aceitar suas iniciativas sem questionamentos.

A conquista do Senado teria um peso ainda mais estratégico. Além de dificultar a aprovação de projetos do presidente, os democratas poderiam bloquear ou retardar a confirmação de ministros, embaixadores e, principalmente, juízes federais. Trata-se de um poder com efeitos que ultrapassam o atual mandato, uma vez que as nomeações para a magistratura americana influenciam a interpretação das leis e o equilíbrio institucional por décadas.

Isso não significa, entretanto, que uma vitória democrata representaria o fim da capacidade de governar de Trump. O presidente continuaria com poderes executivos, direito de veto e instrumentos para implementar parte de suas políticas por meio de decretos e decisões administrativas. Tampouco uma maioria democrata garantiria a aprovação de grandes mudanças legislativas. O resultado mais provável seria um ambiente de confronto permanente, com disputas sobre orçamento, financiamento do governo e prioridades nacionais.

Há ainda um componente político importante. Uma derrota republicana seria interpretada como um sinal de desgaste da administração e fortaleceria os democratas na preparação para a eleição presidencial de 2028. Trump, por sua vez, poderia transformar o Congresso oposicionista em alvo de seus discursos, responsabilizando os adversários por eventuais dificuldades econômicas e impasses administrativos.

Mais do que uma simples alternância de maioria parlamentar, uma vitória democrata nas duas Casas representaria um teste para a democracia americana. O sistema de freios e contrapesos, concebido justamente para impedir a concentração excessiva de poder, voltaria a exercer papel central. Para Trump, seria o início de uma etapa muito mais difícil. Para os Estados Unidos, uma oportunidade de demonstrar que nenhuma presidência está acima dos limites institucionais.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal